

Diário Económico	Periodicidade:	Diário	Temática:	Política
	Classe:	Economia/Negócios	Dimensão:	690 cm²
	Âmbito:	Nacional	Imagem:	S/PB
	Tiragem:	21862	Página (s):	37

08-06-2006

Governo mantém que não houve voos ilegais

RELATORIO DO CONSELHO EUROPEU coloca Portugal entre os países suspeitos. Freitas do Amaral vai responder no Parlamento sobre eventual passagem por Santa Maria.

Susana Represas
srepresas@economicasqps.com

O Governo português admitiu ontem ter conhecimento de uma escala feita por um avião da CIA nos Açores, mas voltou a desmentir o transporte ilegal de prisioneiros via aeroporto de Santa Maria. A reacção foi uma resposta ao relatório do Conselho Europeu, ontem divulgado, e que cita Portugal como um dos 14 países europeus por onde terão passado voos secretos, viagens que teriam o objectivo de transportar suspeitos de terrorismo.

Poucas horas depois, a referência a Portugal era prontamente desmentida pelo Mi-

nistério dos Negócios Estrangeiros, através do porta-voz. Para Carneiro Jacinto, o relatório baseia-se em "alegações" e "convicções", não merecendo por isso "comentário especial", uma vez que não apresenta novas provas. Em Novembro passado, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Freitas do Amaral, assegurava que "desde a tomada de posse deste Governo, não houve qualquer voo de aparelhos dos serviços secretos norte-americanos (CIA) em território português".

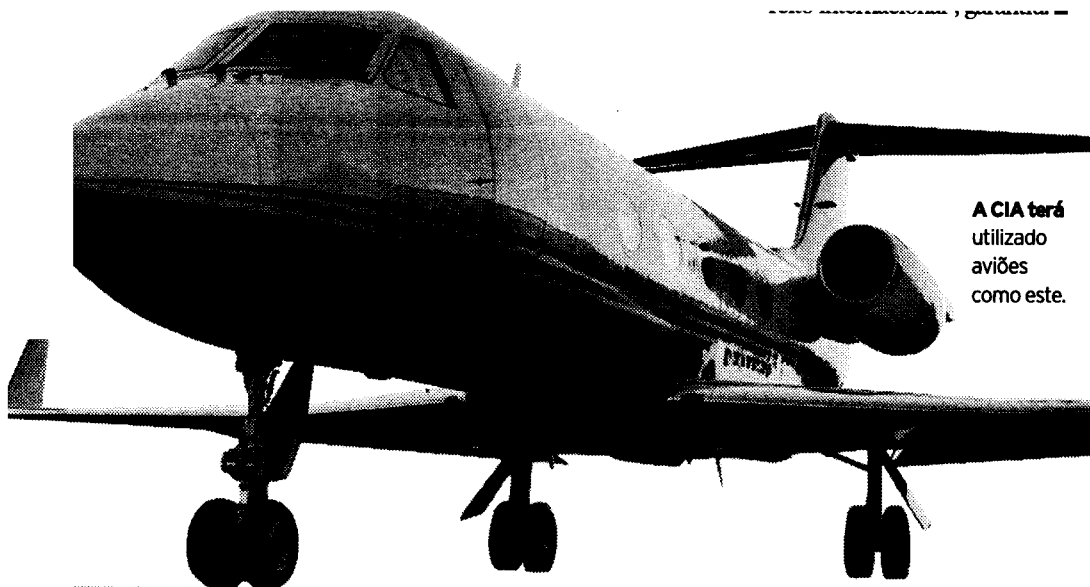
Seis meses depois, o MNE

mantém a mesma versão, apesar de as conclusões do relatório, apresentado pelo parlamentar suíço Dick Marty, apontarem para "uma escala técnica no aeroporto de Santa Maria." A paragem teria sido utilizada para reabastecimento de aviões de transporte de suspeitos de terrorismo, geralmente em voos a caminho dos Estados Unidos.

O Bloco de Esquerda (BE) foi o primeiro partido da oposição a reagir publicamente, solicitando a presença

do MNE no Parlamento. Para o BE o relatório divulgado agora, "põe em causa as declarações do ministro". Horas depois, o ministro dos Negócios Estrangeiros acedeu ao pedido com "carácter de urgência" para estar presente na Comissão de Direitos, Liberdades e Garantias.

A par do BE, também o PCP pediu ontem a presença na AR do secretário-geral do Sistema de Informações, Júlio



A CIA terá utilizado aviões como este.

Pereira, e do presidente do Instituto da Aviação Civil, Luís de Almeida.

Também a eurodeputada Ana Gomes solicitou a Freitas do Amaral elementos que confir-

mem ou desmintam a passagem dos voos citados por território português. "Existem indí-



Diário Económico 08-06-2006	Periodicidade:	Diário	Temática:	Política
	Classe:	Economia/Negócios	Dimensão:	690 cm²
	Âmbito:	Nacional	Imagem:	S/PB
	Tiragem:	21862	Página (s):	37

cios preocupantes de que possam ter passado por Portugal voos da CIA (...) em violação da legislação nacional e do direito internacional? garantiu ■

O relatório aponta para “uma escala técnica no aeroporto de Santa Maria”. O MNE admite a escala, mas desconhece o transporte de prisioneiros.

OS VÁRIOS TIPOS DE PARAGENS

Categoria A, escalas ‘stopover points’

■ É neste grupo que surge o aeroporto de Santa Maria, nos Açores. Neste grupo são

referenciados outros países: Reino Unido, Irlanda, Roma, Atenas, Mainz (EUA) e República Checa. Estes terão sido os locais onde foi feito o reabastecimento de aviões de transporte de suspeitos de terrorismo, a caminho dos Estados Unidos.

Categoria B, lançamento, ‘staging points’

■ Turquia, Washington, Alemanha, Palma de Maiorca, Azerbaijão e Chipre estão entre os aeroportos onde, segundo o relatório foi efectuado ou preparado o lançamento de aviões para as operações de transporte. Esta segunda categoria, a par das outras, foi organizada segundo as provas reunidas pelo Conselho Europeu.

Categoria C, pontos ocasionais, ‘one-off pickup’

■ Segundo o relatório, foi nestes pontos que um ou mais prisioneiros foram recolhidos após rendição ou transferidos ilegalmente. As operações nestes pontos foram esporádicas e não sistemáticas. Estocolmo, Banjul na Gâmbia (em África), Skopje (Macedónia), a base de Aviano em Itália e Tuzla (Bósnia) são os casos citados.

Categoria D, transferência, ‘transfer/drop-off points’

■ Os aviões que transportavam prisioneiros, aterraram com frequência em aeroportos na Roménia, (Bucareste e Timisoara), bem como na Polónia. Bagdad, Cabul, Argel, Rabat, Cairo, Guantanamo, Argélia e o Usbequistão foram outros pontos de paragem habitual para os aviões, face à proximidade de prisões.

Portugal está entre os países que “podem ser responsáveis pelo conluio - activo ou passivo” - na detenção secreta ou transferência de prisioneiros.

Diário Económico	Periodicidade:	Diário	Temática:	Política
	Classe:	Economia/Negócios	Dimensão:	690 cm²
	Âmbito:	Nacional	Imagem:	S/PB
	Tiragem:	21862	Página (s):	37

08-06-2006

Relatório confirma suspeitas iniciais

Em Novembro de 2005 vinha a público a notícia de que vários aeroportos europeus teriam servido como pontos de paragem para aviões da CIA. Motivo? O transporte de alegados terroristas, prisioneiros sem acusação formal que seriam transportados para territórios com sistemas legais fora do Direito Internacional.

As denúncias apontavam também para a existência de prisões secretas em território europeu, nomeadamente na Polónia e na Roménia, e para a passagem de alguns desses voos por

aerportos em Portugal. A reacção do Governo não tardou. Freitas do Amaral, ministro dos Negócios Estrangeiros, garantia, há seis meses, que “não houve pedidos para aviões (da CIA) “sobrevoarem território português”, e que “não há qualquer elemento” que

VOOS SUSPEITOS

segundo o Conselho Europeu

31

aponte para que “tenha havido qualquer voo não comunicado ou não autorizado”. A vaga de acusações provocou uma reacção a nível europeu, tendo sido nomeado pelo Conselho da Europa, um investigador para apurar se a CIA usou aeroportos europeus como escala no transporte de prisioneiros, para instalações de detenção. Foram identificados cerca de 31 voos

suspeitos, que iriam assim ser investigados. Passado pouco mais de seis meses surge o relatório com as conclusões da investigação. O documento, assinado por Dick Marty, aponta o dedo aos países que participaram activamente com a CIA em “actividades ilegais”, mas também aos países que “fecharam os olhos” a estas actividades. No relatório, Marty, o documento

acrescenta ainda que a luta contra o terrorismo não pode estar à mercê do “arbítrio dos serviços de informações”. Portugal surge assim no grupo dos países que serviram de escalas para reabastecimento, com referência explícita à utilização do Aeroporto de Santa Maria, nos Açores. ■ **S.R.**

DITO

Governo tem de colaborar

Eurodeputado desmente versão do Executivo.

CARLOS COELHO

Eurodeputado e presidente da comissão parlamentar do caso 'CIA'

Como vai este relatório influenciar a investigação do PE?

Grande parte dos elementos que o relatório de membro do conselho da Europa, Dick Marty, menciona foram obtidos pela investigação levada a cabo pela comissão a que presido no Parlamento Europeu (PE). O que traz de novo é sublinhar o grau de envolvimento dos países. Esta questão deverá ser a prioridade da comissão do PE para o pró-

ximo semestre. Não pode haver estratégias para dissimular a verdade. Já reclamei a colaboração máxima dos governos.

Há provas de que Portugal colaborou com a CIA?

O facto de haver escalas não significa que há actividades criminais. Não tenho dados que permitam concluir pela culpabilidade do nosso país

Mas o governo português tem condições para continuar a negar qual-

quer envolvimento?

O governo tem é de colaborar activamente com o PE para ajudar a tornar claro e evidente o que aconteceu em Portugal, não podemos funcionar com base em alegações. Além disso, gostaria de desmentir as declarações de hoje (ontem) do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE). O governo disse que eu corroborava a investigação que estava a ser levada a cabo pelo Estado português. Eu

nego claramente essa afirmação. Não corroboro porque não sei sequer que investigação está a ser feita em Portugal.

O governo português não tem colaborado com o Parlamento?

Até ao momento, só enviou uma nota dando conta da declaração proferida a propósito disto pelo ministro dos negócios estrangeiros na Assembleia da República. Tenho tido bastante mais colaboração de outros governos. ■ **L.R.** em Bruxelas